

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 que evidencia um total de 29.238.181 Euros e um capital próprio 8.705.234 Euros, incluindo um resultado líquido de 9.331.896 Euros, as demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 a 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. Com a publicação do Decreto-Lei 16/2014 de 3 de Fevereiro, foram atribuídas à Empresa as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente da competência do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (“IPTM”), tendo-se transmitido pelo referido diploma a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM. Em 31 de Dezembro de 2014, e tal como mencionado na Nota Introdutória, encontra-se em curso o processo de integração do IPTM, estando já reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa alguns dos seus efeitos, nomeadamente: (i) recebimentos de clientes no montante de 154.974 Euros (Nota 18); (ii) provisões para processos judiciais transitados do IPTM e outros compromissos assumidos nos montantes de 1.223.133 Euros e 242.304 Euros, respectivamente (Nota 14); e (iii) outros gastos e rendimentos resultantes da integração das novas competências (Nota Introdutória). Contudo, não é possível assegurar que todos os activos, passivos, rendimentos e gastos relacionados com este processo de integração se encontrem reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2014. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos da conclusão do processo de integração do IPTM, nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2014.

5. Como consequência da actividade da Empresa e de contratos celebrados com determinadas administrações de portos, a Empresa assume responsabilidades relacionadas com manutenção de equipamentos e infra-estruturas, bem como outros gastos relativos aos portos onde exerce a sua actividade. Contudo, a Empresa não tem ainda estabelecido um processo de identificação e monitorização das supramencionadas responsabilidades apesar das demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2014 incluírem uma provisão no montante de 950.000 Euros para fazer face a responsabilidades para uma das situações e para a qual, não obtivemos, até à presente data, informações que nos permitissem concluir pela razoabilidade da mesma. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2014.


Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Docapesca – Portos e Lotas, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

7. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria, datado de 5 de Março de 2014 inclui: (i) uma reserva por limitação de âmbito parcialmente relacionada com o assunto descrito no parágrafo 4, acima; (ii) uma reserva por limitação de âmbito que foi resolvida, no exercício de 2014, com os efeitos descritos na Nota Introdutória e na Nota 14 do Anexo; e (iii) uma reserva por limitação de âmbito que foi resolvida através do registo, em 2014, dos efeitos dela decorrentes como um erro do exercício anterior, tal como indicado na Nota 5 do Anexo, razão pela qual, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para fins comparativos, foram reexpressas face às anteriormente aprovadas.

Lisboa, 16 de Março de 2015


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo